

HABEAS CORPUS Nº 515.401 - PR (2019/0168111-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : CARLO DANIEL BASTO
ADVOGADO : CARLO DANIEL BASTO - PR091405
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ROSELI DE OLIVEIRA SANCHEZ (PRESO)

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, impetrado em favor de **Roseli de Oliveira Sanchez**, indica-se como ato coator decisão proferida pelo Desembargador Relator do HC n. 0026482-03.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que a paciente foi presa em flagrante no dia 16/5/2019, tendo sido apreendida na sua posse e em sua residência cerca de 188 g de *crack* e 28 g de cocaína. O flagrante foi homologado e decretada a prisão preventiva (Processo n. 0001978-63.2019.8.16.0086, da Vara Criminal da comarca de Guaíra/PR).

Contra esse *decisum* foi impetrado *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Paraná. Ao analisar o pedido de medida liminar, o Desembargador Celso Jair Mainardi, Relator do feito naquela Corte, indeferiu a pretensão urgente, determinando o prosseguimento regular do *writ*.

Daí o presente *mandamus*, no qual se objetiva, em liminar, a substituição do cárcere pela prisão domiciliar, sustentando-se ser a hipótese de superação da Súmula 691/STF, considerando o suposto desrespeito ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC n. 143.641.

Às fls. 29/32, o impetrante fez juntar aos autos novos documentos, dentre eles a certidão de nascimento que comprova a maternidade da paciente.

É o relatório.

Enxergo, na hipótese, excepcionalidade apta a justificar a superação do óbice previsto na Súmula 691/STF.

No caso, as instâncias de origem apresentaram fundamentos concretos para decretação da prisão preventiva (quantidade e variedade da droga, além da existência de

outra ação penal em curso).

Ocorre que, nesses casos, *imperioso, pois, garantir o direito da criança, mesmo que para tanto seja necessário afastar o poder de cautela processual à disposição da persecução penal, sendo aplicável o ar. 318, V, do Código de Processo Penal de maneira a permitir que a paciente permaneça em prisão domiciliar a fim de garantir o cuidado de seus filhos menores* (HC n. 417.614/PR, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 24/5/2018).

Apesar de constar da decisão, à fl. 10, que foram encontradas substâncias tóxicas na residência da paciente, não há no *decisum* a indicação do contexto em que se deu a apreensão. Ainda que se considere eventual mercancia da droga na residência da apenada, a Sexta Turma, no julgamento do HC n. 498.501/SP, fazendo referência à decisão de acompanhamento da ordem concedida no bojo do HC n. 143.641/SP pelo Ministro Relator do caso no Supremo Tribunal Federal, considerou que *não configura situação excepcionalíssima, apta a evitar a concessão da ordem no caso concreto, o fato de o flagrante ter sido realizado pela suposta prática de tráfico de entorpecentes na residência da presa* (HC n. 498.501/SP, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 3/6/2019).

Tal o contexto, **defiro** o pedido liminar para determinar que a paciente aguarde em prisão domiciliar a apreciação do mérito do presente *writ*, devendo o Juízo competente estabelecer condições que se amoldem à situação da apenada, ressaltando-se que o descumprimento dos termos da prisão domiciliar implicará a revogação do benefício e o restabelecimento da preventiva.

Alertando-se para o fato de que a concessão da presente medida de urgência não torna prejudicado o julgamento do mérito do HC n. 0026482-03.2019.8.16.0000 pelo Tribunal de Justiça do Paraná, solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Solicite-se, ainda, ao Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de Guaíra/PR, que informe a respeito da atual situação da ação penal e da paciente, sobretudo após cumprida esta determinação.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

